

## **ATUM, SARDIÑAS E OUTRAS EXQUISITICES: representação da informação de uma coleção de rótulos de pescado**

Roberta Pinto Medeiros<sup>1</sup>  
Evelin Melo Mintegui<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta o relato de desenvolvimento de um projeto de extensão, cujo objetivo é o de descrever uma coleção de rótulos de pescado industrializados, resultante de acervo pessoal de um professor e pesquisador universitário. Apresenta o núcleo produtor desse conjunto de documentos, a proposta de atividades da ação de extensão, bem como tece algumas ideias acerca das possibilidades teóricas de tratamento da coleção, entre elas a Rules of Archival Description (RAD), norma de descrição canadense. Entre as considerações finais, apresenta os resultados atingidos até o momento no projeto.

**Palavras-chave:** Representação da informação. Descrição arquivística. Rótulos de pescado.

## **TUNA, SARDINES AND OTHER ODDITIES: information representation of a collection of fish labels**

**ABSTRACT:** This paper presents an account of the development of an extension project, whose aim is to describe a collection of processed fish labels resulting from the personal collection of a teacher and university researcher. It displays the producer of this core set of documents, the proposed extension of action activities, and presents some ideas about the theoretical possibilities of treatment of the collection, including the Rules of Archival Description (RAD), Canadian description standard. Among the final considerations presents the results achieved so far in the project.

**Keywords:** Information representation. Archival description. Canned fish label.

### **1 INTRODUÇÃO**

Esta comunicação tem a intenção de apresentar as propostas e ideias envolvidas em um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, numa parceria entre os Cursos de Arquivologia e Geografia, ambos lotados no Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI. Tal atividade tem como propósito a disponibilização de informações de uma coleção de rótulos de pescado, acumulada pelo Prof. César Martins, ligado ao Núcleo de Análises Urbanas – NAU – no qual o mesmo desenvolve suas pesquisas.

O NAU congrega e desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão em temas relativos aos conceitos de cidade e urbanidade, envolvendo diversas áreas de conhecimento,

---

<sup>1</sup> E-mail: [roberta.furg@gmail.com](mailto:roberta.furg@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestre. E-mail: [eminteguimail@gmail.com](mailto:eminteguimail@gmail.com)

considerando a multiplicidade de compreensão, aspectos e conteúdo dentro de tal temática (históricos, geográficos, culturais, artísticos, políticos, econômicos, sociais, antropológicos, ecológicos e psicológicos). Suas linhas de pesquisa são Reestruturação e Morfologia do Espaço Urbano, Relações de Gênero na Geografia do Trabalho e da População e Reestruturação Industrial e Territorial. Esta última contempla pesquisa sobre a indústria pesqueira, sua distribuição espacial e a relação ambiental e econômica que resulta dessa distribuição, em constante movimentação (NÚCLEO DE ANÁLISES URBANAS, 2016).

Os principais produtos industrializados foco das pesquisas do NAU são atum e a sardinha. Entretanto, outras espécies de vida marinha, embora em menor escala, também são extraídas do mar, industrializados e distribuídos (mexilhões, polvos, lulas), considerados alimentos requintados. Como a maior parte dos rótulos tem origem hispânica, identificamos esse conjunto de rótulos por sua denominação em espanhol – “atuns”, “sardiñas” e outras “exquisitices” (esta última, com sentido de iguaria). O conjunto está composto por 23 rótulos em papel impresso, 28 embalagens em papelão, e uma lata. Uma possibilidade de indicação da localização e tipo de exploração comercial da pesca por parte dessa indústria é a informação contida nos rótulos dos produtos. Assim, surgiu a necessidade de organizar e disponibilizar tal informação, que pode ser utilizada tanto pelos próprios integrantes da pesquisa quanto possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos.

O professor tinha o intento de disponibilizar esse material de forma ordenada e acondicioná-los corretamente – estavam numa sacola retornável – já que os mesmos são utilizados nas disciplinas por ele ministradas. A partir dessa ideia inicial a coordenação do projeto, composta pelas autoras desta comunicação, iniciaram a elaboração de uma proposta de trabalho, tendo como equipe o referido professor César Martins, pelas autoras e por estagiários voluntários do curso de geografia (dois) e do curso de Arquivologia (uma).

Nas próximas páginas apresenta-se o referencial teórico explorado, a metodologia de ação e as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Um dos primeiros pontos a considerar na relação do projeto de extensão é a questão da pertinência deste conjunto de documentos específico como objeto da Arquivologia. A

Arquivologia é uma ciência da qual faz parte da Ciência da Informação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) e diversas outras ciências afins, como a História, o Direito, a Administração, entre outras. Com suas bases modernas fundamentadas na Revolução Francesa em 1789, a Arquivologia trata, identifica e preserva a informação, que tem por objetivo primordial servir à administração da qual foi produzida, para, posteriormente, se tornar testemunho, ou seja, fator de prova de que algum evento ocorreu.

Como toda ciência, a Arquivologia possui técnicas e teorias que devem ser respeitadas e aplicadas, tendo por objetivo gerir o conjunto das informações produzidas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do organismo ou ao funcionamento e à vida da referida pessoa. Assim, todas as intervenções do arquivista devem ocorrer levando em consideração o princípio da proveniência (Respeito aos fundos) e do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas. Para reconhecer um organismo produtor de fundo, este deve apresentar alguns requisitos, de acordo com Duchein:

- a) Para produzir um fundo e arquivo, no sentido atribuído ao termo pela arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos), um organismo, seja público ou privado, deve assumir denominação e existência jurídica, próprias resultantes de um ato (lei, decreto, resolução, etc.) precisam e datado.
- b) Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar.
- c) Sua posição na hierarquia administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; em especial, sua subordinação a outro organismo de posição hierárquica mais elevada deve estar claramente estabelecida.
- d) Deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente a seu nível hierárquico. Ou seja, capaz de tratar os assuntos de sua competência sem precisar submetê-los, automaticamente, à decisão de uma autoridade superior. (Isto não significa, evidentemente, que ele deva gozar de poder de decisão em relação a outros assuntos; certos assuntos importantes podem ser submetidos à decisão do escalão superior da hierarquia administrativa. Entretanto, para poder produzir um fundo de arquivo que lhe seja próprio, um organismo deve gozar de poder decisório, pelo menos, no que disser respeito a determinado assunto).
- e) Sua organização interna deve ser na medida do possível, conhecida e fixada num organograma. (DUCHEIN, 1982, p.20).

Embora o NAU possa ser reconhecido como organismo produtor de documentos de arquivo, os rótulos de pescador aparecem apenas indiretamente conectados a ele, visto que foram acumulados por um pesquisador. Um ponto de vista que poderia ser adotado seria considerar

esses documentos como uma série dentro de uma atividade de pesquisa do Núcleo, e assim identificá-lo como parte constituinte de um subfundo de arquivo, tomando como organismo produtor deste fundo a própria Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Parece-nos interessante levantar outra problemática, já considerada na bibliografia, acerca da interpolaridade e uma quase impossibilidade de separação da produção de documentos institucionais e pessoais quando se trata de professores universitários (CAMPOS, 2013) e pesquisadores ou cientistas (SANTOS, 2012).

Entretanto, levando-se em conta que a Universidade Federal do Rio Grande ainda não apresenta nenhum tipo de política em relação à constituição dos acervos institucionais e seu limite quanto à produção de arquivos pessoais, preferimos explorar o conceito de coleção, que, por sua vez, é um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.32), evitando assim a vinculação definitiva do acervo, seja ao Fundo FURG, Subfundo NAU, ou ao acervo pessoal do pesquisador produtor, evitando ainda que fosse necessário construir um quadro de arranjo para todo o núcleo de pesquisa, o que iria além das possibilidades de alcance desta tarefa.

Definida a forma de abordagem, o grupo se apropriou de conceitos de preservação e conservação, de digitalização e de descrição arquivística, uma vez que a maioria das normas de descrição arquivística existentes considera sua aplicação também a coleções, reconhecendo a inevitável existência desses conjuntos de documentos que convivem com fundos de arquivo. A partir da definição do objeto, é importante definir as operações técnicas a que esse conjunto de documentos será submetido: higienização, digitalização para acesso e descrição dos rótulos de pescado.

Quando se fala em higienização é importante abordar sobre preservação e conservação, ações e medidas que auxiliam na permanência da informação, independente do suporte em que a mesma se encontra. Portanto, entende-se que a preservação pode ser considerada como um conjunto de medidas de gestão a serem tomadas com o propósito de paralisar possíveis fatores que apresentem danos aos documentos. Conforme as autoras Cassares e Moi (2000, p.12) que apresentam a preservação como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”.

Já em relação à conservação, esta pode ser entendida como um conjunto de medidas iniciais que são aplicadas diretamente nos documentos, visando impedir a deterioração dos mesmos. Cassares e Moi (2000, p.12) definem a conservação dizendo que é “um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos”.

A higienização que tem por finalidade retirar agentes responsáveis pela deterioração dos documentos, tais como a poeira, as fitas adesivas, os clips, os grampos, as incrustações, os detritos de insetos, entre outros. A sujidade é considerada um dos agentes que mais afeta a vida útil dos documentos e a higienização é apontada como a primeira ação que possui efeito de retardar ou interromper esse processo. Portanto, a higienização trata da “retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos, com vistas à preservação dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.103). Essa higienização pode ser mecânica ou química, sendo que a primeira consiste em uma limpeza manual para retirada de sujidades superficiais, como a poeira, e a segunda trata da retirada de fitas adesivas, metais, excrementos de animais, entre outros materiais aderidos ao suporte (CASSARES; MOI, 2000).

Utilizou-se como medida de conservação apenas a higienização mecânica, tendo em vista o estado em que se encontrava o material, além disso, não há laboratório nem materiais na universidade para desenvolver uma higienização química, portanto, apenas a higienização mecânica irá auxiliar no propósito de conservação do material.

A partir da finalização da etapa de higienização, o material passa a estar apto para a próxima atividade, a digitalização, que consiste em uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão de acervos, além disso, pode contribuir para a preservação desses acervos, pois restringe o manuseio dos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo aos documentos textuais em suportes convencionais. Segundo Silva (2005), a digitalização implica em oito critérios que refletem na decisão da instituição em optar pelo uso desse processo com o propósito de preservação e acesso do conteúdo informacional de seus documentos, sendo os seguintes:

- a) A decisão estará atrelada ao compromisso da instituição com a manutenção da versão digital através do tempo, considerando-se as mudanças tecnológicas e as ameaças à segurança, e baseando-se numa política que assegure o acesso contínuo aos itens digitalizados que tenham permanente valor para a pesquisa;

- b) A captura digital pode ser adequadamente realizada, sem provocar danos aos originais;
- c) A versão digital será acessível a partir de ambientes de rede e plataformas computacionais institucionais suportadas e em acordo com as normas em uso pela comunidade de bibliotecas e arquivos;
- d) A decisão resolverá problemas técnicos relativos ao acesso aos originais (fragilidade, grandes formatos, etc.);
- e) Haverá controle das restrições necessárias ao acesso quando determinadas pelo conteúdo dos materiais;
- f) Serão providas interfaces de fácil compreensão e utilização para os usuários;
- g) Os metadados serão adequadamente providos (identificação, dados de captura, proveniência, etc.); e
- h) Haverá possibilidades de autenticação. (SILVA, 2005, p.13).

Nesse sentido, a digitalização pode ser entendida como um processo de conversão do documento arquivístico em formato digital, o qual consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits – que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (*binary digit*) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados. De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2010), a primeira recomendação quanto à digitalização de documentos consiste na efetivação desta atividade para os conjuntos documentais integrais, ou seja, em sua totalidade, seguindo a hierarquização da identificação do fundo ou coleção e das séries. Assim, a peça documental, ou seja, o item não deve ser digitalizado sem que se faça a sua correspondente relação com o fundo/coleção ou série de origem.

A digitalização, portanto, é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo ou coleção documental. Além disso, o uso deste material possibilita que se tenha a captura digital em escala 1:1, conforme determina o CONARQ (2010):

É necessário que os equipamentos utilizados possibilitem a captura digital de um documento arquivístico de forma a garantir a geração de um representante digital que reproduza, no mínimo, a mesma dimensão física e cores do original em escala 1:1, sem qualquer tipo de processamento posterior através de softwares de tratamento de imagem. (CONARQ, 2010, p.07).

O processo de captura digital, a partir dos documentos originais, deverá, necessariamente, gerar representantes digitais de altas resoluções, denominado de matrizes. Sendo assim, é importante que a instituição leve em conta que a digitalização tem o intuito de

preservar os originais, mas não significa que os mesmos serão descartados, conforme Silva (2005) corrobora:

Considerando a inexistência de uma estratégia já implementada de conversão digital que privilegie e assegure a permanência por longo prazo das versões digitais, não devemos adotar a opção do descarte do original a ser convertido: a digitalização pode promover uma redução no manuseio dos documentos originais, mas ainda não é um meio reconhecido para a preservação. (SILVA, 2005, p.29).

Quanto à descrição, apresenta-se algumas definições arquivísticas, mas que se acredita serem passíveis de adequação ao acervo que é objeto desta comunicação, a saber, a coleção de rótulos de pescado.

A descrição é atividade imprescindível nos arquivos, no sentido em que possibilita a preservação e difusão dos documentos (BELLOTTO, 2006). De acordo com a norma ISAD-G (*International Standard Archival Description – General*), o objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (Conselho Internacional de Arquivos – CIA, 2000, p.11).

Isso significa que a descrição arquivística explicita não só o conteúdo do documento, como uma indexação faria, mas ela também o situa dentro de seu contexto de produção e relação orgânica. A pesquisa direcionada a esta área tem como resultado um instrumento de pesquisa não apenas identificador de partes do documento, mas um instrumento interpretativo e capaz de estabelecer as relações necessárias ao seu entendimento (COOK, 2007). “A padronização da descrição permite intercâmbio das informações, especialmente se utilizado algum tipo de sistema de informação. O uso da tecnologia da informação na construção de instrumentos de pesquisa é hoje difundido de maneira ampla” (COOK, 2007, p.130).

Entende-se que a descrição arquivística agrega maior densidade à descrição dos rótulos de pescado, uma vez que permitirá entender o contexto de produção dos mesmos, que engloba esse espaço institucional e pessoal de atividades que geraram tal coleção.

Acrescenta-se a isso a ideia de que a descrição arquivística só faz sentido e se completa com sua difusão, o que se pretende fazer através do AtoM, por exemplo. Trata-se de software livre especialmente desenvolvido para descrição normatizada, a partir de iniciativa do CIA

(2013). Embora a ISAD-G seja uma norma desenvolvida pensando-se na descrição do contexto de documentos arquivísticos, conjuntos orgânicos que constituem fundos, a norma também é passível de aplicação a coleções, como é o caso desta proposta. Para isso é preciso adaptar os níveis de descrição propostos aos cortes da estrutura de organização das coleções.

Contudo, a ISAD-G é uma norma de estrutura, sem parâmetros específicos para o conteúdo de cada área. Nesse sentido, surgiu a possibilidade de uso da Rules of Archival Description (RAD), que apresenta normativas para conteúdo de cada tipo de material a ser descrito. Na RAD identificou-se um conteúdo que poderia ser adaptado às necessidades de descrição da coleção de rótulos, intitulado *Philatelic Records*.

A RAD, num contexto geral, é uma norma que serviu de base para as demais normas criadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. Portanto, possui na sua introdução princípios de descrição arquivística fundamentais para a área, destacando-se esta citação que vem ao encontro da proposta de trabalho desenvolvida no projeto:

**P3.1. Descrição aplica-se a todo o material, independentemente da forma ou meio.** O princípio de proveniência exige que os registros não devem ser excluídos da descrição por causa de sua forma ou suporte. No entanto, diferentes suportes vão exigir regras específicas para descrever com precisão as suas características únicas. Regras para descrição arquivística devem acomodar todos os tipos de suportes (e as relações entre eles) dentro do corpo de registros de um criador. (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2008, p.xxiv, tradução própria).

A partir da leitura da RAD, entendeu-se que a mesma é mais abrangente quanto às formas dos materiais, tendo em vista que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) não contempla esse tipo de acervo. Entretanto, considerou-se que os elementos de descrição da RAD atenderiam de forma mais adequada à representação da coleção de rótulos de pescado. Sendo esse material previsto nas regras preliminares do capítulo 12 da RAD:

Esses documentos arquivísticos incluem selos postais, objetos postais, capas de postais, selos fiscais, rótulos, cupões-resposta internacionais e marcas postais. Também estão incluídos no âmbito deste capítulo os materiais de pré-produção impressos criados como parte do processo de design para os produtos filatélicos. As regras deste capítulo podem ser usadas para descrever os registros filatélicos emitidos ou não emitidos que constituam um fundo ou uma parte dele. (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2008, p.379, tradução própria).



Assim, definiram-se os seguintes parâmetros para a descrição dos rótulos de pescado da Coleção Atuns, Sardinhas e outras Exquisitices, conforme Quadro 1.

**Quadro 1:** Adaptação das áreas de descrição da RAD para uma coleção de rótulos de pescado

<b>Área</b>	<b>Subdivisões</b>	<b>O que descreveremos especificamente no projeto</b>
1. Título e declaração de responsabilidade	1.1 Título adequado	Especificação do produto
	1.3 Título paralelo	Nome comercial (marca)
2. Edição	2.1 Declaração de edição	Não se aplicam
	2.2 Declaração de responsabilidade de edição paralela	
	2.3 Declaração de responsabilidade de edição adicional	Não se aplicam
	2.4 Declaração de responsabilidade	
3. Detalhes específicos da classe do material	3.1 Jurisdição do emissor	País, estado, região
	3.2 Denominação	Não se aplica
	3.3 Unidades contendo material de duas ou mais jurisdições	Idem 3.1
4. Data (s) de criação e etc.	4.1 Datas de criação	Data estimada da pesca (?)
	4.2 Local de distribuição	Cidade da compra do produto
	4.3 Nome do distribuidor	Nome do distribuidor do produto
	4.4 Data de distribuição	Não se aplica
	4.5 Local de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação	Local de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação. Código
5. Descrição física	5.1 Extensão da unidade descritiva (incluindo a designação do material)	Quantidade de rótulos
	5.2 Outros detalhes físicos	Outros detalhes se houver

	5.2.1 Layout, formato	Folha sulfite, folha cartolina, lata alumínio
	5.2.2 Mídia, suporte, processo	Impressão offset. Pesquisar como se chama isso nas latas
	5.2.3 Marca d'água	Não se aplica
	5.2.4 Cores	Cores
	5.2.5 Perfuração, goma, luminescência ou etiqueta	Analisar o material e verificar se há danos ou recortes
	5.2.6 Dimensões	Tamanho em cm
	5.2.7 Material acompanhante	Não se aplica
6. Publicação da série		Não se aplica
7. Descrição arquivística	7.1 História administrativa/Esboço biográfico	Só para o nível geral da coleção. Não para cada rótulo
	7.2 História de custódia	
	7.3 Âmbito e conteúdo	
8. Nota (s)	8.1 Notas	Assinaturas e inscrições, se houver. Estado de conservação, acondicionamento. Fonte imediata de aquisição. Restrições ao acesso. Instrumentos de pesquisa. Material associado. Referências às obras publicadas. Carimbo SIF.
9. Número padrão	9.1 Código	Código

**Fonte:** Elaboração pelas autoras, 2016.

Este modelo ainda será testado junto aos pesquisadores no NAU para verificar se a descrição atende às suas necessidades de pesquisa. Conceitualmente, ainda será preciso fazer a adequação dessa norma de conteúdo à ISAD-G, visto que é esta última que estrutura o AtoM, software já reconhecido e disponível para alimentação de dados na FURG.

Depois destas considerações teóricas, passa-se a apresentar a metodologia proposta pelo projeto.

### 3 METODOLOGIA

O projeto de extensão, depois das considerações teóricas já apresentadas, foi modelado com o objetivo geral de descrever e disponibilizar a coleção Atuns, Sardiñas e outras Exquisitices. Como objetivos específicos, que coincidem com as atividades abaixo apresentadas:

**Quadro 2:** Atividades do Projeto de Extensão Atuns, Sardiñas e Outras Exquisitices

<b>Atividade</b>	<b>Especificações</b>	<b>Andamento</b>
Higienização	Separação do material, identificação dos rótulos, limpeza na mesa de higienização	Realizado
Acondicionamento	Acondicionamento dos rótulos em papel em álbum filatélico	Realizado
	Criação de invólucro adequado para a lata	Em andamento
Digitalização	Rótulos em papel e papelão - Scanner Epson Stylus CX7700. Lata: Fotografia na mesa de digitalização	Realizado
Descrição	Definição da normativa e dos elementos de descrição – Seção 12 da RAD	Realizado
	Inserção dos dados em software para acesso	Em andamento

**Fonte:** Elaboração pelas autoras, 2016.

A seguir, alguns comentários acerca dos resultados do projeto.

### 4 RESULTADOS

Neste trabalho optou-se pela higienização mecânica como medida de conservação, tendo em vista o estado em que se encontravam os rótulos de pescado, já que a mesma tem por finalidade retirar agentes responsáveis pela deterioração dos documentos (poeira, fitas adesivas, clips, grampos, incrustações, detritos de insetos, etc.), sendo que a sujidade é considerada um dos

agentes que mais afetam a vida útil dos documentos e a higienização é apontada como a primeira ação que possui efeito de retardar ou interromper esse processo.

Concluída a etapa de higienização, passou-se para a digitalização, que consiste em uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão de acervos arquivísticos, e que pode contribuir para a preservação dos mesmos, pois restringe o manuseio dos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo aos documentos em suportes convencionais. A digitalização pode ser entendida como um processo de conversão do documento físico em formato digital, e com o qual os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados.

Entre os resultados mais interessantes até agora alcançados, destaca-se a aproximação com a RAD. Sendo assim, ao analisar a conceituação de descrição arquivística cabe considerar o que há de arquivístico em uma coleção de rótulos de pescado. Parte-se do pressuposto que embora exista uma limitação da aplicação de uma norma de descrição de coleções ou itens a um conjunto arquivístico pode impedir a representação de seu contexto, enquanto o contrário, a aplicação de uma norma de descrição arquivística a uma coleção pode, além de representar satisfatoriamente a informação contida no conjunto, ampliar a compreensão do contexto de sua produção. Além disso, parece existir uma aceitação tácita de que coleções são conjuntos comumente encontrados junto a acervos arquivísticos, e as normativas arquivísticas, ou pelo menos as aqui consideradas (ISAD-G e RAD), apresentam diretivas específicas para elas.

## **5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A proposta de descrição e disponibilização da coleção de rótulos de pescado aqui apresentada procura disponibilizar informações através de procedimentos de higienização, digitalização e conseqüente inserção de dados no AtoM. Além de trazer elementos que permitirão a preservação do acervo, o objetivo último é o de incorporar conhecimento criado no âmbito do NAU, que de outra forma poderia perder-se. Assim, acredita-se que as ações aqui colocadas trazem elementos de organização do conhecimento, por procurarem, através da estratégia do uso de normas de descrição arquivística formalizar o conhecimento tácito de um pesquisador. A última etapa do projeto de extensão, descrição e inserção de dados no AtoM, ainda está em andamento.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas n. 51.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Permanentes: Tratamento Documental**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 150–167, ago. 2013. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p150>>. Acesso em: 24 Jun. 2016.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. *Rules for Archival Description*. July 2008. Disponível em: <<http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html>> Acesso em: 10 Dez. 2016.

CASSARES, Norma Cianflone. MOI, Claudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf5.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf) . Acesso em 27 Ago. 2015.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Aervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, n. ½, p. 125-132, jan./dez. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ) – (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes\\_para\\_digitalizao\\_20\\_09.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao_20_09.pdf)> Acesso em: 1º Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**. 1.1. versão – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq\\_earqbrasil\\_model\\_requisitos\\_20\\_09.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_20_09.pdf)> Acesso em: 1º Mar. 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

NÚCLEO DE ANÁLISES URBANAS. Linhas de pesquisa [Internet]. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande - FURG; [atualizado em 27 Jan. 2014; citado em 25 Jun. 2016]. Disponível em:

<[http://www.nau.furg.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=4&Itemid=8](http://www.nau.furg.br/index.php?option=com_content&view=section&id=4&Itemid=8)>

Acesso em: 20 Fev. 2016.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Manual de digitalização de acervos: textos, mapas e imagens fixas**. Salvador: Ed. UFBA, 2005.